

NAS MARGENS DA BELLE ÉPOQUE AMAZÔNICA: PATRIMÔNIO E RELAÇÕES DE PODER NOS MARAJÓS

Lucas Monteiro de Araújo¹, Agenor Sarraf Pacheco²

RESUMO: O presente trabalho buscou captar como cidades e populações marajoaras de campos e florestas vivenciaram a Belle Époque Amazônica, nas três últimas décadas do século XIX. Para o alcance desse objetivo central pesquisou-se em enciclopédias, diários de viajantes, relatórios oficiais do governo do Estado do Pará, álbuns municipais, boletins do Museu Paraense Emílio Goeldi e o Jornal *O Liberal do Pará* (1870-1875). A base teórico-metodológica toma como referências os Estudos Culturais em diálogo com os estudos museológicos e patrimoniais. Como resultado constatou-se um processo diferente daquele narrador pela literatura especializada sobre a Belle Époque Amazônica, quando aponta a modernização e urbanização das cidades de Belém e Manaus como duas de suas importantes características. Ainda que os municípios marajoaras tenham se tornado grandes exportadores de borracha para as casas aviadoras de Belém, pode-se dizer que essas riquezas econômicas não foram traduzidas na melhoria da infraestrutura urbana das cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio. Relações de Poder. *Belle Époque*. Marajós.

O Tema em tela

Como o próprio nome aponta a *Belle Époque* na Amazônia ou Bela Époque em português – foi o período áureo do desenvolvimento estrutural e de modernização das regiões produtoras de borracha. Sarges (2010, p. 19), aponta que, para pensar no processo de reurbanização que atingiu a região amazônica, se faz necessário entender qual dialética a modernidade tomou em tal período na região. Em suas palavras,

a modernidade, entendida como expansão da riqueza, ampliando as possibilidades, caracteriza-se por: avanço da tecnologia (Revolução industrial), construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, urbanização e crescimento das cidades (em área, população e densidade), mudança de comportamento público e privado e bafejo da democracia, transformando

¹ Bacharelado em Museologia, Universidade Federal do Pará.

² Doutor em História, Professor da Universidade Federal do Pará.

as ruas em lugares onde as pessoas circulavam e exibiam seu poder e riqueza (SARGES, 2010, p. 19).

Tal modelo econômico emerge a partir da década de 40 do século XIX, momento em que o antigo arquétipo parcimonioso desloca-se da exploração das drogas do sertão (cravo, canela, plantas medicinais, frutas, etc.) para o extrativismo gomífero.

É importante mencionar que, apesar de ter sido amplamente difundido desde 1840 (BRASIL, 1957; SARGES, 2010), o momento histórico conhecido como Belle Époque ganha maior evidência a partir de 1870. Assim, entre 1840 a 1870, houve mudanças no uso da borracha pelo capitalismo industrial, diversificando os produtos comercializados no mercado consumidor nacional e internacional. Se entre 1840 a 1870, conforme ensina Sarges (2010, p. 94) havia uma intensa produção de pares de sapatos, destinadas a Nova Iorque, Boston, Washington, Hamburgo e Maranhão, na última década do século XIX ela praticamente desaparece do mercado consumidor.

A decadência na produção de sapatos esteve contígua ao nascimento do pneumático e desenvolvimento do transporte, com destaque para o navio a vapor. Foi este novo meio de transporte que conectou Belém aos seringaais paraenses, a América do Norte e a Europa.

Nesse período, cidades como Belém e Manaus se tornaram grandes centros nacionais, importadoras de cultura, arquitetura, moda e hábitos europeus – principalmente franceses. Tal fato se deu pela incessante busca de se alinhar aos padrões europeus de civilização, a sociedade local. Assim, a “obsessão coletiva da nova burguesia” (SARGES, 2010, p. 20) exigiu transformações no espaço público e no modo de vida, além de propagar uma nova moral e a montagem de uma nova estrutura urbana, cenário de controle das classes pobres e do aburguesamento de uma classe abastarda (SARGES, 2010, p. 19).

Logo, Belém – e outras cidades - foi atingida pela riqueza que vinha das matas, mais especificamente das seringueiras; e pôde apoderar-se de novos e refinados valores culturais anunciados nos hábitos luxuosos e higiênicos, na literatura, nas artes, no cinema, no teatro, na música e na arquitetura (destaque meu) (SOUZA; FERRANTI, PACHECO, 2009, p. 02).

É inevitável não se questionar sobre quais grupos compunham esta dita nova burguesia. Sarges (2010, p. 108) mostra que até as primeiras décadas do século XIX a elite dominante no Pará era composta por militares, proprietários de terras escravistas, além de altos funcionários do governo português. Contudo, com o advento do extrativismo gomífero, seringalistas, comerciantes e financistas passam a compor e formar nova classe da época.

É importante destacar o papel de tais agentes exerceram no desenvolvimento do progresso das cidades e a construção de um determinado tipo de patrimônio público, visto que, como mostra Sarges (2010, p. 29), “muitos grupos exigiam essa modernização, sobretudo porque era na cidade que moravam os seringalistas, comerciantes e financistas”.

Em linhas gerais, a exploração da borracha provocou reestruturações, modificou costumes e importou novos modelos de vivências cotidianas. Grandes centros urbanos se desenvolveram, cidades antes com pouca expressão nacional tornaram-se referências internacionais no que tange aos aspectos financeiro, estrutural e cultural.

Ao se falar de *Belle Époque*, recupera-se na mente a visão oficial do momento, que, muitas vezes, elege somente a ampliação das capitais, as reestruturações promovidas por grandes políticos, a construção de grandes monumentos nos moldes da arte e história europeias, esquecendo, por exemplo, as especificidades geohistóricas e culturais do lugar. Tal visão acaba por gerar uma dicotomia nos estudos sobre o movimento: de um lado se teria a história oficial com seus feitos e fatos e de outro a história dos grupos sociais menos favorecidos, que mesmo esquecidos pela escrita da história autorizada, interagiram, contestaram, encantaram-se e modificaram, na medida do possível, os caminhos da mudança na infraestrutura, nos hábitos e tradições defendidas pelas elites políticas.

Este trabalho foca suas preocupações no entendimento do patrimônio construído em cidades marajoaras, no chamado período da Belle Époque. Ele pretende sondar como os espaços urbanos e seus moradores sentiram e viveram o chamado período áureo da borracha na Amazônia. A proposta ao mudar o foco geográfico e temático sobre a Belle Époque na Amazônia, numa

espécie de guinada do globo ocular para áreas obscuras, valorizando e dialogando com importantes trabalhos historiográficos produzidos acerca do assunto, pretende adensar compreensões sobre esses tempos para a vida da região.

Busca ainda mostrar como o coletivo social tratava seu patrimônio, quais relações sociais eram estabelecidas com o tangível, como elites e populares negociaram e ressignificaram essas construções, além de interpretar discursos e representações elaborados por poderes políticos marajoaras sobre políticas de tratamento dos patrimônios municipais.

Para se pensar em um patrimônio marajoara das décadas finais do século XIX, é necessário entender qual o contexto em que se inseria nacional e internacionalmente a preservação dos bens. Para tal, parte-se de ideias de autores como Françoise Choay e Maria Cecília Londres Fonseca.

As noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação só começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a ideia de estudar e conservar e estudar um edifício pela única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte (FONSECA, 2009, p. 53).

Mundialmente falando, a proteção dos bens patrimoniais passou pelo que Françoise Choay chamou de consagração do monumento histórico, atingindo o raio de 1789 – que passou a defender a proteção de bens baseada na representatividade da nação incorporada no monumento – a 1964 – que fez emergir políticas de restauração –, alterando a concepção de momento histórico defendido a partir da Revolução Francesa. O marco simbólico dessa mudançafoi a Carta de Veneza (CHOAY, 2006, p. 125).

Assim, no período de 1789 a 1964, novos valores foram atribuídos às antiguidades. Tais estimas tiveram como primeiro e fundamental o valor nacional, inspirando “(...) de ponta a ponta, as medidas de conservação tomadas pelo Comitê de Instrução Pública”, o qual “justificou o inventário e o cortejo de todas as categorias heterogêneas da sucessão” (CHOAY, 2006, p. 116).

Anterior à incisão do valor nacional, os monumentos erigidos durante a antiguidade e a idade média somente eram, na visão de Alois Riegl, erigidos com o “(...) objetivo preciso de conservar sempre presente e viva

na consciência de gerações futuras a lembrança de uma ação ou de um destino” (LONDRES, 2009, p. 52). É importante mencionar que o valor nacional e o único capaz de legitimar os outros valores, começando pelo cognitivo, assim:

Não se pode dizer de forma mais lapidar que os monumentos históricos são portadores de valores de conhecimentos específicos e gerais, para todas as categorias sociais. A qualquer século que pertençam, lembra Kersaint, os monumentos são ‘testemunhas irreprensíveis da história’. Por isso, eles permitem construir uma multiplicidade de histórias – história política, dos costumes, da arte, das técnicas – ao mesmo tempo em que auxiliam na pesquisa intelectual e na formação das profissões e dos artesanatos (CHOYA, 2006, p. 117).

Após a hegemonia do valor nacional, entra em cena o valor econômico, o qual servindo de modelo à indústria institucionalizou o patrimônio, buscando a atração de visitantes ao monumento.

Fazendo dos monumentos históricos propriedade, por herança, de todo o povo, os comitês revolucionários dotavam-nos, de um valor nacional preponderante e lhes atribuíam novos usos, educativos, científicos e práticos. Essa passagem à prática da conservação, assim como o conjunto das disposições inéditos elaborados para gerenciá-la, marcam, pela primeira vez, uma intervenção inovadora da França na gênese do monumento histórico e de sua preservação (CHOYA, 2006, p. 119).

O cenário mundial de proteção patrimonial só iria iniciar uma mobilização nacional no início do século XX. Para ser mais específico, no ano de 1922, com a semana de arte moderna, na qual se destacava, dentre outras, uma forte busca pela essência de uma identidade brasileira (SILVA e PACHECO, 2010, p. 02). Neste meio, destacou-se o poeta Mario de Andrade que, baseado em suas viagens etnográficas pelo Brasil, construiu em 1936 um anteprojeto de lei que pretendia promover a proteção dos bens culturais nacionais.

Vale mencionar que, juridicamente falando, desde 1934 a constituição brasileira, em seu artigo 10 das disposições preliminares, já compelia ao estado a proteção dos bens nacionais. Todavia, somente em 1937 é que se cria o Decreto-Lei nº 25, que regulamentava a proteção do patrimônio cultural bra-

sileiro, tendo, contudo uma visão somente da dimensão material do patrimônio.

Assim como na esfera europeia, a aplicação de valor brasileiro também tomava o nacional como fator fundamental. Na década de 30, o Brasil passava pela chamada revolução de 30, momento em que Getúlio Vargas assume o poder e, assim como os artistas da semana de 22, também buscou implantar na sociedade um sentimento de unidade, de pertencimento a uma nação e acabou tal modo por também defender a essência da identidade brasileira através do patrimônio cultural.

É necessário dizer que a noção de patrimônio que orienta a compreensão atual dos autores desse trabalho é a de *patrimônio cultural*, a qual ultrapassa a dicotomia materialidade x imaterialidade. Tal conceituação, contudo, não nega a importância de se escavar o sentido da categoria patrimônio no contexto geohistórico e cultural estudado.

Caminhos da investigação

A trajetória empreendida para mapear evidências que permitissem compreender a temática do patrimônio marajoara no contexto da Belle Époque na Amazônia, foi constituída pelas pesquisas bibliográficas e documentais. Ganharam importância nessa busca trabalhos sobre a região, assim como estudiosos do patrimônio. Concomitante a esse primeiro grupo de referências levantou-se e analisou-se jornais, diários de viajantes, relatórios oficiais e obras raras.

Na busca por entendimentos acerca dos caminhos da investigação, Sá-Silva, Almeida e Guindani nos mostram que:

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que: 'na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador(a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os docu-

mentos não passaram antes por nenhum tratamento científico (SÁ-SILVA et al., 2007: 70).

A pesquisa documental através da imprensa só tem seu primeiro indicio de desenvolvimento a partir de uma nova visão lançada pela terceira geração da Escola dos Annalles. É preciso lembrar, até então, que a orientação da história oficial era a única vigente, destacando-se a hegemonia das fontes governamentais e seu caráter de confiabilidade e veracidade. Contudo, na década de 30 do século XX, apesar de não ter sido imediato o resultado e somente ter tido substanciais referências a partir da década de 70, uma crítica a tal modelo atribuiu outro status a potencialidade da imprensa, tendo como pano de fundo a proposição de busca por “novos objetos, problemas e abordagens”.

Vários fatores explicam tal situação, que não constituía particularidade brasileira. Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer a luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para qual o especialista deveria estar atento. Neste contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2006, p. 87).

O olhar lançado sobre o periódico *O Liberal do Pará* procurou identificar conteúdo veiculado, grupos sociais envolvidos na produção do discurso e gestão das ações narradas. Essa fonte impressa emerge como meio de grande difusão de informações na sociedade local, atingindo diferentes classes e, possivelmente, obtendo variadas recepções.

Com base nos Estudos Culturais – campo que, dentre ou-

tros, estuda a recepção e codificação por parte do sujeito histórico das informações veiculadas pelas mídias—procurou-se, por dentro do próprio periódico, captar sentidos e usos da informação. Em outras palavras, de que modo a notícia foi recepcionada e decodificada pelos leitores e suas redes de interlocução.

É importante ressaltar que um dos trabalhos mais árduos de um pesquisador é sempre estar atento as intenções dos discursos veiculados pelas fontes de pesquisa; levar em consideração o grupo a que determinado jornal pertence; e aceitar que dos jornais, jamais serão extraídas verdades incontestáveis, mas interpretações e versões de um dado acontecimento, constitui-se em grande desafio (SILVA e PACHECO, 2010, p. 10).

O contexto histórico em que se insere esta investigação também foi levado em consideração. Em seu texto, Sá-Silva, Almeida e Guindani ressaltam que:

É primordial em todas as etapas de uma análise documental que se avalie o contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sócio-político do autor e daqueles a quem foi destinado, seja qual tenha sido a época em que o texto foi escrito (2009, p. 8).

Desta forma é possível uma compreensão de esquemas conceituais, argumentos refutações, reações, além da identificação dos grupos sociais, locais e fatos que determinada informação faz alusão. Além deste, uma avaliação do interlocutor se fez também presente, pois,

Não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever. Uma questão é fundamental: esse indivíduo fala em nome próprio, ou em nome de um grupo social? (SÁ-SILVA *et al.*, 2009, p. 9).

Tal constatação é importante, pois permite compreender a abrangência das informações veiculadas, atentando se determinado fim é um anseio coletivo ou somente, mas, não menos importante, induções pessoais de determinado interlocutor.

É importante mencionar que, buscando uma otimização no processo de interpretação e entendimento sobre as áreas de patrimônio, memó-

ria, identidade e cultura, foram vivenciados quatro momentos de interação com leituras e debates acadêmicos, os quais contribuíram com a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa: o primeiro foi através de seleção de textos teóricos para leitura e debate através da produção de fichamentos; o segundo momento foi a participação, como ouvinte, em duas disciplinas de patrimônio material no curso de Especialização em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, promovido pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA); o terceiro foi a participação na disciplina Patrimônio, Memória e identidade, ofertada pelos Programas de pós-Graduação em Artes e Antropologia, na Universidade Federal do Pará; o quarto e corrente momento é a participação no Grupo de Estudos Culturais na Amazônia (GECA/CNPq/UFPA).

A pesquisa foi desenvolvida durante doze meses. Todas as fontes pesquisadas foram transcritas e armazenadas, de modo que futuramente possam ser base para novas produções acadêmicas.

Nas pistas dos Patrimônios Marajoaras

As pesquisas iniciaram com levantamento histórico sobre a formação das cidades que compunham o Marajó dos Campos e o Marajó das Florestas, como vem denominando Pacheco (2006; 2009; 2012). Para tal, recorreu-se a obras raras sobre a realidade marajoara existentes no Arquivo Público do Estado do Pará, onde localizou-se fontes oficiais, como relatórios, livro de registro de obras públicas e enciclopédias de municípios.

Neste momento inicial de pesquisa histórica, nos chamou a atenção determinados aspectos que se supôs ser uma primeira definição sobre o entendimento de cultura e patrimônio para órgãos do poder. Na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (1957) já se fazia uma diferenciação entre o patrimônio natural e cultural, tendo uma seção específica que trata sobre o assunto nas cidades. Vejamos o exemplo da cidade de Afuá, localizada no Marajó das Florestas: “Riquezas Naturais: a areia destaca-se como principal riqueza mineral. Borracha, madeira e plantas oleaginosas constituem as riquezas vegetais. Os animais silvestres aparecem como principal riqueza animal” (BRASIL, 1957, p. 261 - 264).

Nota-se que o patrimônio natural traduz-se em riquezas naturais, ligando-se ao fator econômico, sendo somente destacados os recursos

passíveis de exploração e geração de renda. Do mesmo modo, o cultural aparece associado a interações sociais de recreação e desenvolvimento intelectual. Na secção sobre a cidade de Cachoeira do Arari, apreende-se:

Outros aspectos culturais: Existe na povoação Camará, uma biblioteca popular, de finalidade geral, contado, em 1956, com 900 volumes fichados. A prefeitura municipal possui uma estante, embora sem organização devida, mas contendo mais de 400 volumes. Ai se encontram obras importantes, como de Rui Barbosa. Enciclopédia brasileira, e grande número de obras avulsas de grande valor cultural. Há, ainda, 02 outras associações culturais, sendo ambas de caráter esportivo (BRASIL, 1957, p. 322 - 328).

A noção de modernidade tomada pelo poder público no período estudado levava em consideração desenvolvimento material e estrutural das cidades. As evidências ratificam tal concepção, de modo que, ainda na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (1957), são destacados, dentre outros, principalmente aspectos materiais das cidades: existência de comércios e bancos, meios de transporte, aspectos físicos das cidades, logradouros, existência de ligações elétricas, entre outras edificações não menos importantes.

Deve-se lembrar que desde a Semana de Arte Moderna (1922), já existia também uma preocupação com o patrimônio imaterial, tal concepção tem sua gênese através do poeta Mario de Andrade que, ao desenvolver seu anteprojeto de lei, tinha concepção que ia além da materialidade na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Talvez já embebidos por esta visão, não foram deixadas de lado as manifestações populares, de modo que em todos os municípios pesquisados existe uma secção específica para tais manifestações, sob a denominação de “manifestações religiosas, folclóricas e efemeridades”.

Neste momento, é importante destacar o papel das instituições religiosas na compreensão de patrimônios erigidos pelo poder oficial. O arquipélago de Marajó foi colonizado por confrarias católicas, diversas cidades marajoaras tiveram seu surgimento a partir de centros de catequização instaurados por frades jesuítas. Deste modo, os patrimônios erigidos como igrejas, capelas ou monumentos ligados ao religioso sempre acabavam por exaltara concepção

cosmológica de patrimônio desses grupos sociais. Na secção de manifestações religiosas, folclóricas e efemeridades, são exaltadas festividades de santos católicos, com destaque para São Sebastião e Nossa Senhora. Em análise sobre a relação patrimônio e poder local, Silva e Pacheco (2012, p. 16) mostram que “é desta forma que os grupos dominantes, fortaleciam o seu discurso perante a sociedade marajoara”. Além do religioso, são tidos como patrimônios oficiais prédios ligados ao poder público, como a sede da prefeitura, casa da câmara, cadeia, escolas e hospitais.

Até esse momento esteve-se fazendo pesquisas tendo como recorte histórico, a primeira metade do século XX. Contudo, por desafio do orientador, as pesquisas ganharam um novo direcionamento, dada a constatação da escassa ou superficial quantidade de trabalhos acerca da compreensão de patrimônio no período da Belle Époque no arquipélago de Marajó.

Para se adentrar na questão da constituição patrimonial na Amazônia Marajoara, chama-se, inicialmente, a atenção acerca do fato de a região também ser um polo produtor de borracha. Em 1950, por exemplo, são destacados, em todos os municípios pesquisados, a extração do látex como atividade primária, na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, lê-se como exemplo, na secção “Atividades econômicas” da cidade de Curralinho, a seguinte passagem: “Atividades Econômicas: O município assenta sua economia, principalmente, na produção extrativa vegetal, cuja exploração em 1956 apresentou: borracha em geral 196500 kg, no valor de Cr\$ 4726200,00” (BRASIL, 1957, p. 358 – 360).

Em um Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi datado de 1898, lê-se a seguinte informação: “Estes dois rios, o Arary e o Anajás, quasi separam da ilha uma grande extensão, que é esgotada pelos rios Atua, Pracuúba, Canaticú e Mapua, que são todos navegáveis e ricos de seringaes” (BELÉM, 1898, p. 166).

Mesmo que a fase áurea da borracha na Amazônia não existisse mais, em meados do século XX, esse chamado ciclo econômico interagiu com outras economias de subsistência, igualmente se apreende que a população marajoara continuava a comercializar, ainda que a II Guerra Mundial já tivesse

encerrado.

Durante mais de um século (1850 a 1960), municípios da região marajoara experimentaram a exploração do látex como fonte primária para se viver riqueza, miséria e contradição social (SILVA, 2011). Diversos viajantes estrangeiros passaram pela região amazônica e relataram o grande potencial econômico das cidades, assim como não deixaram de condenar a velha prática econômica como responsável pela incivilização e atraso da população do espaço rural. Anibal Amorim relatou, por exemplo, que “o município de Anajás é um dos mais ricos do estado. Tem uma renda anual de perto de 200 contos. A sua maior exportação consiste na borracha” (AMORIM, 1909, p. 145). Já sobre o município de Breves assinalou: “Fundada no começo da primeira metade do século passado, teve a honra de cidade em 1882. A sua principal fonte de riqueza é a goma elástica” (AMORIM, 1909, p. 145). Observa-se que a vila só ganha status de cidade em 1882, momento áureo da extração do látex.

A título de curiosidade vale dizer que, de acordo com Carneiro (1956, p. 81), a borracha produzida no arquipélago de Marajó possuía uma qualidade inferior que as demais, pois era produzida a partir da mangabeira. A despeito dessa informação, verifica-se o grande potencial econômico da região marajoara proveniente da borracha, pois, tradicionalmente, a região sudoeste do Pará, principalmente a cidade de Santarém, era quem aparecia com maior destaque na lista dos municípios exportadores de borracha.

Depois das leituras realizadas no Arquivo Público do Estado, rastreou-se fontes jornalísticas e relatos sobre a região marajoara no período da Belle Époque na Biblioteca Arthur Viana, instalada na Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (CENTUR). No periódico *O Liberal do Pará*³, localizou-se inúmeras matérias que criticavam o estado físico das cidades marajoaras no início da década de 70 do século XIX. Valorizou-se, então, o modo como o matutino revelou essa situação crítica das cidades marajoaras no período inicial da Belle

³ Jornal diário, político, comercial e noticioso. Órgão do Partido Liberal do Pará. Propriedade de Manoel Antônio Monteiro. Suspendeu publicação em período não identificado, reiniciando-a em setembro de 1869, sob a redação de José Antônio Ernesto Paragassu. Substituiu o periódico o “Jornal do Amasonas”. Saiu de circulação após a proclamação da república em 1889. Em 1890 reapareceu com o título “O Democrata”.

Époque, mostrando que seu desenvolvimento estrutural só se daria realmente a partir do período final da década de 1870 e início da de 1880.

É preciso, antes mais nada, esclarecer o roteiro histórico da economia na região da Amazônia marajoara. Antes da introdução da borracha como fonte econômica primária, ganhava destaque, no Marajó dos Campos, principalmente a criação de gado. “Na secção dos campos estão as fazendas de criação, em numero máximo de 250, entre grandes e pequenas, compreendendo todas o número máximo de 300.000 cabeças de gado bovino” (BELÉM, 1898, p. 166). O comércio era voltado tanto para o mercado nacional quanto internacional, sendo exportadas perto de 40 mil cabeças de gado por ano para o consumo do Pará, Amasonas e Acre, além de Caiena, Paramaribo e Georgetown (AMORIN, 1909, 131). Já no Marajó das Florestas, se sobressaia, “além de borracha e castanha (nóz do Brasil como se diz na Europa), a salsaparrilha, a baunilha, a quina, a piaçava e outros produtos de procura universal” (AMORIN, 1909, p. 123). Vale mencionar que, dentre os “produtos de procura universal”, o cacau era produto de grande valia frente sua larga utilização na produção do chocolate.

A partir de 1840, a extração do látex se intensifica e passa a ser a fonte primária da economia marajoara. Tal fato provocou diversos impactos nas esferas econômicas, sociais e patrimoniais da região marajoara. Pode-se verificar que no período entre 1840 á 1880, a produção de gado no Marajó diminuiu de 500.000 cabeças para 300.000, Ferreira Penna, em análise de tal fato, apontou, além da mudança na base econômica, os roubos, as inundações e a escassez de cavalos também como fatores preponderantes a tal déficit (BELÉM, 1909, p. 171). Da mesma forma que a criação de gado caiu, seguiu-se também da mesma forma a exploração dos recursos florestais, sendo deixado para segundo plano tais atividades.

Apenas vale mencionar que além deste, outras atividades também eram desenvolvidas pelos seringueiros, Carneiro (1956, p. 88), diz:

Ao lado da extração do látex da seringueira, o caboclo amazonnense aproveita o couro de jacarés e porcos (em alguns casos, tem o dever de vende-los, de preferencia ao patrão) e, nos meses de inverno, emprega-se em outras atividades. “Estas indús-

trias de inverno” relacionam-se com a jarina, o timbó e, ocasionalmente, com o corte de madeiras, como cedro e águano (CARNEIRO, 1956, p. 88).

Notemos que, durante os meses de inverno, devido talvez ao grande nível pluviométrico da região amazônica, a atividade seringueira ficava impossibilitada, levando o caboclo a adaptar-se a tal situação indo buscar em outros recursos da floresta um meio de subsistência. Outro fator de grande importância a ser mencionado é a questão da extração da madeira, que exemplifica um nítido processo de relação comercial e não mais sustentável por parte do caboclo seringalista.

A economia gomífera foi muito mais que mero arquétipo econômico. Socialmente falando ela modificou costumes, introduziu novos padrões de relação com a natureza e revelou novas formas de poder. Sobre tal questão as pesquisas mostram que a introdução do látex fez com que fosse gerada uma “febre pelo ouro negro” que levou inúmeros trabalhadores, de dentro e fora da região amazônica, a embrenhar-se nas matas em busca da borracha. Como exemplo de tal fato, toma-se o seguinte relato sobre o Marajó das Florestas:

há muitas terras férteis pela umidade e calor que n’ella reinam, grande variedade de madeiras estimadas, para construções, , numerosas plantas uteis a medicina e a indústria, e uma quantidade extraordinária de seringueiras (*Sinphonia elástica*), com cujo succo se prepara a borracha do comércio. Esta parte tem sido considerada o *Eldorado* dos seringueiros, cabendo-lhe muito melhor o nome de *cemitério* da indústria e civilização da província, pelo mal que faz á população o fabrico da borracha (BE-LÉM, 1898, p. 166).

Como dito, a introdução do látex na economia também provocou impactos na esfera patrimonial, sobre tal fato, as pesquisas revelam, que já em 1870 havia um descaso do poder público para com o patrimônio. Em 18 de janeiro de 1870, encontra-se uma referência ao precário estado das urbes marajoaras. A matéria toma como exemplo a cidade de Breves que, com o desenvolvimento da extração da borracha, viria a se tornar uma das mais estruturadas da região. Antes disso, apreende-se que “a cadeia (um simples telheiro) mais se assemelha a um curral de cabras do que a uma casa de guardar presos!” (*O LIBE-*

RAL DO PARÁ, 1870, p. 01). O autor, identificado como J.P. Bricio, ainda nos fornece mais um dado importante em seu relato, pois diz:

Faz dó vêr-se o estado pouco agradável em que se acham as villas e cidades do interior da provincia!

Qual a causa de tamanho mal?

A meu vêr não é senão a incúria administrativa, e o malditosys-tema de centralização.

Assim como a corte do Imperio, parasita mór, suga toda a seiva das provincias, para poder sustentar os caprichos do monarcha que entre nós reina, governa e administra; assim também as provincias por sua vez sugão toda a seiva de suas cidades e villas, não tanto para beneficio seo, mas sim para favorecer os interesses de meio dúzia de indivíduos, que entendem que é coisa muito lícita dispor dos cofres públicos do mesmo modo por que um particular despense aquillo que lhe pertence (*O LIBERAL DO PARÁ*, 1870, p. 01).

Além de relatar o estado da cadeia, a matéria ainda propiciar o entendimento patrimonial da época que, estando ligado ao material, colocava a cadeia como parte integrante desse patrimônio. Desta forma, necessitava de cuidados, tanto para desenvolver sua função primária, quanto para exaltar o desenvolvimento da localidade em tempos de economia da borracha. Mais do que isso, o relato permite compreender os usos dados as verbas públicas que, sendo usadas para usufrutos pessoais, acabava por negligenciar o patrimônio local.

Chama-se a atenção para outra matéria jornalística, desta vez das letras do jornal emerge a cidade de São Sebastião da Boa Vista com uma situação peculiar. Lá um padre recolhe dinheiro da população com discurso de que faria reparo externo da Igreja matriz da região, mas não efetua o prometido.

a nossa igreja esta ate hoje com a forma exterior que não se pode ver, e arriscada a ficar em ossos com as chuvas que começam a cahir. O rev. não cuida da religião, serve-se, como elle mesmo diz, do seu ministerio para interesse puramente seu, e que por tralhas ou por malhas enriquecer para ir dar um passeio á Europa, tendo ja elevado o preço das missas, casamentos, baptisados, e enterros, recebendo por cada missa a canto-chão (10:000 reis) dez mil reis de pé d'altar, o que n'outras freguezias custa quatro a seis mil reis; por cada casamento

dezesseis e vinte mil reis (*O LIBERAL DO PARÁ*, 17 de janeiro de 1871, p. 01).

Nota-se que, segundo a pena do jornalista de *O Liberal do Pará*, o padre se apropriava da boa vontade e crença da população para com a igreja matriz e seu padroeiro para arrancar dividendos com fins pessoais. Ainda na matéria é possível destacar dois aspectos: o primeiro é a frágil situação da igreja; com as chuvas que se aproximavam da região, era quase impossível o templo manter-se em pé frente ao seu estado de degradação. O segundo aspecto é a representação afetiva que a sociedade local revela pelo patrimônio religioso.

A matéria é fruto de uma carta anônima encaminhada à redação do jornal, publicada na íntegra, que expressa severas críticas às práticas do reverendo. Brota das letras do jornal, um sentimento de revolta e condenação, por parte dos boa-vistenses, acerca da postura do padre, destacando-se não apenas atitudes de ganância, autoritarismo e avareza, mas pouco cuidado com o patrimônio religioso em seu templo e diversidade de equipamentos, como se pode acompanhar na referida matéria: “A igreja conserva quasi sempre immunda não tendo sido uma só vez lavada, e bem pouca varridas aos domingos; os paramentos estão quasi sempre sujos; o nosso vigário olha-os só na ocasião de ir dizer a missa, estejam como estiver” (*O Liberal do Pará*, 17 de janeiro de 1871, p. 01).

A religião católica exercia grande influencia na representação patrimonial afetiva e oficial das cidades marajoaras. Encontra-se em matéria referente a São Sebastião da Boa Vista uma queixa ao mesmo frade da matéria anterior, desta vez destacando:

Pergunta-se ao padre Matheus Augusto da Silva Fança, se ainda não encontrou uma imagem de S. Sebastião, a medida de seu desejo, e bem perfeito, para empregar as esmolos que nesta freguezia pedio; dizendo que queria substituir o nosso antigo e bem milagroso, por um maior e mais perfeito. Pelos mezes q' ha decorrido parece mais ser para substituir a mãe do sol (*O LIBERAL DO PARÁ*, 29 de Outubro de 1870, p. 01).

Tal matéria é complementada pela seguinte:

assevero-lhe que o revm. recebeu o dinheiro para mandar vir

uma imagem de S. Sebastião mais perfeita que do nosso milagroso, e que é falso ter promovido outra subscrição, porque a primeira não chegasse; que o revm. tem estado calado com esse dinheiro sem dar razões aos contribuintes, por que não tem mandado vir a imagem (*O LIBERAL DO PARÁ*, 17 de janeiro de 1871, p. 01).

O santo em questão assume papel de destaque na vida dos moradores de São Sebastião da Boa Vista. Para além das promessas não cumpridas do padre e as críticas a sua postura, o padroeiro dos boa-vistenses aparece como importante patrimônio afetivo do lugar. Nesse mesmo tempo em que foram noticiadas as denúncias das artimanhas daquele religioso, os habitantes do arquipélago em meio ao trabalho na extração da borracha, viviam importunados pelas febres. Tal epidemia causou inúmeras mortes, atacou diversas vilas e cidades e, devido a falta de saneamento, médicos ou medicamentos, quase dizimou ou fez desaparecer algumas cidades. Uma correspondência de Breves encaminhada por um morador, que se assinou com O Veritas, ao *O Liberal do Pará*, mostra que em função da forte epidemia, a cidade encontrava-se quase inabitada.

São estas as primeiras impressões que sentio elle ao saltar na outr'ora florescente villa de Breves:

Nada lhe posso dizer de favoravel a cerca d'este lugar.

Tudo aqui é uma verdadeira miséria.

As febres continuão sempre assustadoras.

Imensos pardieiros casas deshabitadas e quasiocultadas entre o mato que assoberba as ruas da villa; eis tudo o que minha vista tem alcaçado depois de três dias que me acho lançado no meio desta solidão e tristeza (*O LIBERAL DO PARÁ*, 04 de julho de 1871, p. 02).

Semelhante a esta matéria, a pesquisa entrou em contato com outras denúncias do precário estado de saúde pelo qual passava Breves. Em 1872 a situação ainda viria a se agravar perante o assolo de mais uma epidemia, desta vez reduziubruscamente parte da população da vila, matando, inicialmente, 14 pessoas nas proximidades de um igarapé do município. Em 10 de março de 1872, tal mal foi popularmente denominado “entorta”, cujo batismo provém

dos sintomas causados pela doença, causada, principalmente, por convulsões. Os efeitos do “Entorta” foram tão calamitosos que provocaram um esmorecimento do comércio local e uma escassez de recursos frente ao impedimento do trabalho provocado pela epidemia.

Em meio a esse quadro nada consolador para as décadas iniciais da Belle Époque nos Marajós, informações sobre o precário estado sanitário e o aparecimento e disseminação de doenças na região, acirram esse retrato de realidade. Consta-se uma dispersão da patologia inicialmente pela parte sul e nordeste do arquipélago nos dois primeiros anos da década de 1870, atingindo municípios como Breves, Gurupá, São Sebastião da Boa Vista, Melgaço, Salvaterra e Soure.

Nos relatos de alguns viajantes que passaram pelos Marajós nas últimas décadas do século XIX, com os quais a investigação interagiu, frente à face calamitosa em que se encontravam as cidades da região, encontram-se registros do vasto patrimônio natural que o arquipélago possuía. Ganha destaque os imensos campos alagados, rios e o fenômeno da pororoca na região. Nacapítulo II do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi foi reproduzido, as impressões de CH. F. Hartt sobre a cidade de Gurupá, que escreve:

A villa é pequena, meio deserta desde que começou a aparecer a febre da extração da borracha, está em ruínas. É muito insalubre, predominando as febres, o que não é para admirar, visto como toda a visinhança é pantanosa. As vezes a localidade esta inteiramente abandonada e o commandante do *Jurupense* me disse que, uma vez, achou só tres pessoas na villa, estando uma d'ellas a ponto de morrer de fome (HARTT, 1898, p. 179).

Nota-se que a cidade estava quase deserta, tendo somente três habitantes no local, estando um ainda a ponto de falecer. Outro fator importante a notar nesta matéria é a data de sua publicação, 1898, sendo seu recorte os anos 1897 e 1898. Tal fato evidencia que, mesmo com o período áureo da extração da borracha, cidades produtoras ficavam a margem do desenvolvimento, indo na contramão do processo iniciado nos grandes centros urbanos como Belém e Manaus.

Voltando um pouco no tempo, vê-se que a lastimosa situação de Gurupá se mostrava evidente desde décadas anteriores a tal relato. Em matéria de 27 de Fevereiro de 1873 do jornal *O Liberal do Pará*, encontra-se a seguinte referencia a cidade:

Hontem cheguei, e assim que desembarquei, cuidei de ir dar um passeio e distrahir um pouco, pensando todavia encontrar cousas mais agradáveis do que lá no mato d'onde vim; porem enganei-me redondamente; porque no momento de transpor o limiar da porta, fiquei espantadíssimo vendo o deplorável estado d'essa villa, com suas ruas e praças todas cobertas de mato, as paredes d'algumas casas ocultas sob as trepadeiras, e outras esverdeadas, proveniente das vigorosas chuvas; finalmente, mostrando em tudo um aspecto medonho e sepulchral; por isso segui sempre caminhando para o lado da câmara municipal, e não imagina v. s. o susto que tive, quando voltando-me para o lado direito, vejo de ir sahindo de entre o matto um homem, qua a principio tomei como um bicho em forma humana, com as faces e olhos escovados, cabelos em desalinho e mui crescidos caminhando cabisbaixo e nú completamente. (*O LIBERAL DO PARÁ*, 27 de fevereiro de 1873. P. 2).

A descrição mostra uma cidade tomada pelo abandono, aparentemente deserta, sem cuidados. Exaltando ainda mais a morbidade do local, é mostrado determinado sujeito que, se equiparando a ambientação, também se mostra abandonado. É de extrema importância mencionar que a matéria é assinada por um “Gurupaense”, natural da cidade e que se abisma ao ver a situação da localidade e busca, no jornal, chamar atenção da instituição pública para tal realidade.

Regressando ainda mais na história, vemos, em uma passagem do livro *Viagens pelo Brasil*, esta condição já na década de 1860.

Gurupá: Esta vila esta situada numa barranca pouco elevada, a uns trinta pés acima do nível do rio. Na parte saliente dessa barranca, encontra-se um forte abandonado; em frente, abre-se a praça em que esta a igreja, muito grande e, pelo menos aparentemente em bom estado. Mas a povoação evidentemente não esta a caminho da prosperidade. Muitas casas se acham desertas e em ruinas e parece existir aqui ainda menos atividade do que na maior parte das povoações da Amazônia. Falaram-

nos muito da insalubridade do local e vimos vários casos graves de febre intermitente em mais de uma casa em que entramos (AMORIN, 1909, p. 462).

Menciona-se o caso de Gurupá em especial, pois evidencia o estado de grande parte das cidades marajoaras em tal período. Em algumas localidades, o estado encontrava-se tão crítico que haviam inclusive pedidos de finalização de determinados serviços públicos por falta de aproveitamento. Tal situação fica melhor evidenciada em São Sebastião da Boa Vista, aonde foi pedido, em matéria de 24 de Agosto de 1873 do periódico *O Liberal do Pará*, o fechamento da escola para meninas do local, pois considerava-se um desperdício o gasto com tal fim considerando quase inexistente presença de meninas dispostas a frequentar a instituição.

O fato que se busca evidenciar é que, na contramão dos grandes centros nacionais, as cidades marajoaras foram em grande parte deixadas a margem do desenvolvimento propiciado pelo período belepoquiano. Desta forma, desfaz-se o senso comum de imagem de um período totalmente desenvolvimentista, que apresentou antigas regiões inexpressivas, ao cenário nacional, mas demonstrando disparidades econômicas, sociais e estruturais em um mesmo período em regiões próximas.

Considerações Finais

A problemática, iniciada com a extração da borracha, tornou as cidades marajoaras centros periféricos de exploração, onde seu desenvolvimento teve grande regresso devido a polarização dos investimentos nas grandes capitais. Para muitos, a Belle Époque propiciou um grande avanço estrutural e cultural para a região amazônica, nas palavras de Carneiro:

A extração da borracha mudou a face da Amazônia. Como bem o disse Arthur César Ferreira Reis, a borracha “incorporou o extremo norte à civilização brasileira com aquele capítulo sensacional que começou a escrever, assegurando-lhe, por fim, a personalidade que lhe estava faltando. Porque a Amazônia deixou de ser, daí por diante, a região das lavouras e do pastoreio de tipo nordestino, para ser a região dos gomais, das héveas, o mundo do outro negro, dos pioneiros, dos seringueiros,

dos padrões, dos aviados, de um mecanismo novo na conjuntura nacional, distinto, portanto, na paisagem cultural brasileira”. Não será possível mudar esta nova fisionomia da Amazônia, nem será necessário fazê-lo (CARNEIRO, 1956, p. 95).

De fato ainda glorificam-se as grandes mudanças propiciadas por tal período, contudo, precisa-se mudar o foco dos estudos, atentando para as diversas realidades que envolvem um mesmo evento.

As pesquisas desenvolvidas no período de um ano como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ao entrarem em contato com diferentes dados e informações sobre a realidade marajoara na época da economia da borracha, permitiram compreender, interpretar e aprofundar visões sobre o tema e região. Apesar da quantidade de saberes acadêmicos já produzidos sobre esse período, especialmente situando Belém e Manaus, ainda se nota uma lacuna na escrita da história sobre o que representou esse chamado ciclo econômico para outros municípios paraenses.

ON THE MARGINS OF AMAZON BELLE ÉPOQUE: PATRIMONY AND POWER RELATIONS AT MARAJÓS

ABSTRACT: This work, still in a preliminary perspective, tried to capture as cities and populations marajoaras fields and forests experienced the Belle Époque Amazon in the last three decades of the nineteenth century. To achieve this central objective was investigated in encyclopedias, journals travelers, official reports of the government of the State of Pará, albums municipal newsletters and Goeldi Museum of Pará newspaper *O Liberal* (1870-1875). The theoretical and methodological basis takes as references Cultural Studies in dialogue with the museum and heritage studies. As a result it was found that a different process narrator in the specialized literature on the Amazon Belle Époque, when you point the modernization and urbanization of the cities of Belém and Manaus as two of its important features. Although municipalities marajoaras have become major exporters of rubber for homes aviators of Bethlehem, one can say that these riches were not translated in the economic improvement of urban infrastructure in cities.

KEYWORDS: Heritage, Power Relations; Belle Époque; Marajós.

Referências

- AMORIN, Anibal. **Viagens Pelo Brasil** 1896 – 1897.
- BELÉM** – Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de H. Nat. e Etnographia. Tomo II. Fasc. 1 – 4. 1897 – 1898. Typographia de Alfudo Silva & Comp. 1898.
- BRASIL** - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - volume XVI; Amazônas, Pará, Territórios, 1957.
- CARNEIRO, Edson. **A conquista da Amazônia**. Ministério da viação e obras públicas. Serviço de documentação. 1956
- CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. In: **Estudos Avançados** – USP (5/11). Volume 5 – numero 11. São Paulo, Janeiro / Abril 1991.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2001.
- DE LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. SP: Contexto, 2005, pp. 111-153.
- FONSECA, Maria Cecília L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rev. Ampl. RJ: Editora UFRJ, 2009.
- GONÇALVEZ, José R. O patrimônio como categoria de pensamento. ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaine La GuardiãResende... [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 10ª ed. Rio de janeiro: DP&A, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- NORA, Pierre. Entre História e Memória – a problemática dos lugares. In: **Projeto História 10**, PUC-SP, 1993, pp. 7-28.
- O LIBERAL DO PARÁ*, nº 13, 17 de janeiro de 1871, p. 01
- PACHECO, Agenor Sarraf. **À Margem dos Marajós**: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta” Melgaço-Pa. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- PACHECO, Agenor Sarraf. SILVA, Jaddson Luiz Sousa. **Por dentro e pelas margens**: Representações e Interculturalidades em Patrimônios Marajoaras. Belém – PA. 2012.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Educação, memória e patrimônio**: ações educativas

em museus e o ensino de história. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 143 – 154. 2010.

PARÁ, O Liberal do. Número 192. Domingo, 24 de Agosto de 1873.

PARÁ, O Liberal do. Número 13, 17 de janeiro de 1871.

PARÁ, O Liberal do. Numero 13. Terça-feira, 18 de janeiro 1870.

PARÁ, O Liberal do. Número 146, 4 de julho de 1871.

PARÁ, O Liberal do. Número 247, 29 de Outubro de 1870.

PARÁ, O Liberal do. Número 47. Quinta feira, 27 de fevereiro de 1873.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESEZ, Jean-Marie. **História da cultura material.** In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques (orgs.). A História Nova. 5. Ed. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 237-285.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, pp. 03-15.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque.** 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. ALMEIDA, Cristovão Domingos de. GUIDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano – I. Nº I. Julho de 2009. Disponível em: <rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>

SILVA, Lidiane Sanches da. **Trabalho e Natureza na região dos Furos de Breves (1850-1880).** Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura e Bacharelado em História), Belém, UFPA, 2011.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, Negociação e Conflito.** In: Mana 12(1). p. 237 – 248. 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** In: Marxismo e Literatura. Zahar. Ed. Rio, 1979.

Data de recebimento: 24/10/2014

Data de aceite: 25/11/2014